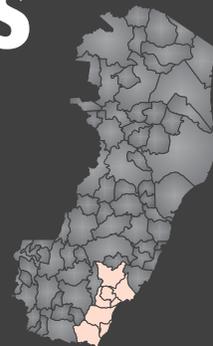


PANORAMA DAS MICRORREGIÕES CAPIXABAS



LITORAL SUL

DESENVOLVIMENTO REGIONAL
SUSTENTÁVEL

Instituto Jones
dos Santos Neves



GOVERNO DO ESTADO
DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria de Estado de
Economia e Planejamento
Secretaria de Estado de Desenvolvimento



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

José Renato Casagrande

VICE-GOVERNADORIA

Jacqueline Moraes da Silva

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO – SEDES

Heber Resende

SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO – SEP

Álvaro Rogério Duboc Fajardo

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES – IJSN

Diretor Presidente

Luiz Paulo Vellozo Lucas

Diretoria de Estudos e Pesquisas

Eduarda La Rocque

Diretoria de Integração e Projetos Especiais

Pablo Silva Lira

Coordenação Estudos Territoriais

Leticia Tabachi Silva

Equipe Técnica

Isabella Batalha Muniz Barbosa

Latussa Bianca Laranja Monteiro

Leticia Tabachi Silva

Nathália Nogarolli Bonadiman

William Joubert Ramos de Almeida

Revisão

Cynthia Lopes Pessoa de Miranda

Marianne Malini

Editoração

Arthur Ceruti Quintanilha

João Vitor André



INT

A

INTRODUÇÃO

A organização do território estadual em macro e micror-regiões é uma das premissas essenciais para a construção de estratégia social inclusiva e

integradora de desenvolvimento. Entretanto, a dinâmica constante do contexto internacional, nacional e regional, exige uma releitura dos cenários e a formulação de novos objetivos, estratégias e metas, bem como uma nova visão de futuro do território do Espírito Santo. Nessa perspectiva, o conhecimento das regiões como referência prévia do planejamento faz com que a regionalização seja uma ferramenta estratégica importante e com potencial dinamizador de desenvolvimento.

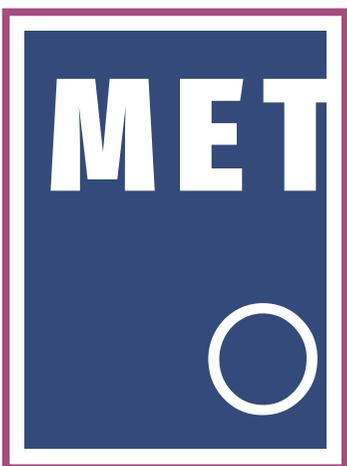
Revisando a bibliografia referente à questão da regionalização, há certo consenso de que a construção geográfica de uma região deve levar em consideração tanto as características de homogeneidade como as de heterogeneidade, ou seja, as identidades do campo geográfico devem estar associadas às atividades econômicas e respectivas interações sociais em escalas mais amplas.

Nesse viés analítico, fatores geográficos tais como fenômenos físicos, bióticos e humanos são determinantes para se

estabelecer a forma como o território será tratado. Entretanto, outras variáveis também devem integrar-se a este escopo e que comumente conjugam fatores externos.

Portanto, as novas relações de trabalho e de mercado, assim como a dinâmica das transformações socioespaciais, já evidenciam mudanças estruturais na organização territorial. Por outro lado, os processos que envolvem mudanças na produção, circulação e consumo, exigem uma maior integração e organização dos municípios de modo a alcançar maior êxito e eficiência na implementação de suas políticas públicas.

Nessa perspectiva, a regionalização deve ser entendida como um instrumento facilitador do planejamento e que deve ser sempre aperfeiçoada no tempo e no espaço, posto que está destinada a coordenar ações no território. Desse modo, o planejamento das ações deve partir do princípio que as regiões são estruturas socioespaciais ativas e dinâmicas, o que impõe constante atualização dos indicadores e estudos permanentes que devem estar associados à nova orientação política e de governança democrática para atendimento das metas de Governo.



METODOLOGIA

estudo apresenta uma breve caracterização das dez microrregiões do Espírito Santo – Metropolitana, Central Serrana, Sudoeste Serrana, Litoral Sul,

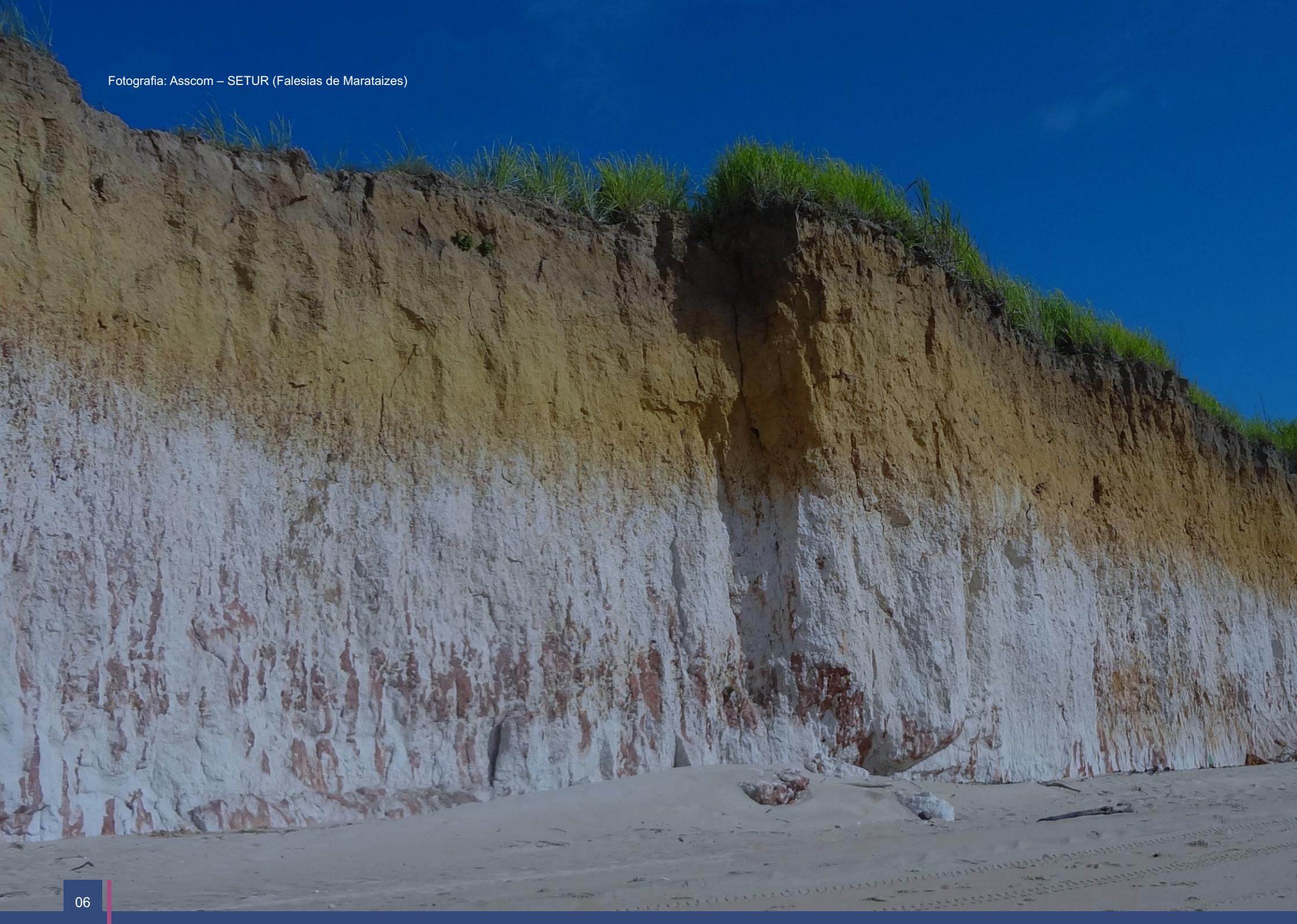
Central Sul, Caparaó, Rio Doce, Centro-Oeste, Nordeste e Noroeste - com atualização de alguns indicadores básicos e respectiva análise sintética, com a finalidade de configurar um panorama geral por região administrativa e subsidiar informações básicas para dar início ao planejamento estratégico regional de Governo. Para elaboração do panorama regional foram selecionados os seguintes dados com a finalidade de uma leitura rápida e dinâmica, a saber:

1. Área da Microrregião
2. População estimada
3. Densidade Demográfica
4. Produto Interno Bruto – PIB
5. Composição do PIB Setorial
6. Produto Interno Bruto Per Capita – PIB per capita
7. Receita Corrente Líquida Per Capita – RCL per capita
8. Índice FIRJAN de Emprego e Renda
9. Índice FIRJAN de Saúde
10. Índice FIRJAN de Educação
11. Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)

12. Índice de Vulnerabilidade Social (IVS)
13. Abastecimento de Água – Rede Pública
14. Coleta de Lixo
15. Coleta de Esgoto

Vale ressaltar que, os indicadores utilizados no panorama das regiões, foram atualizados a partir de fontes oficiais diversas, primárias (IBGE, DATASUS, índice FIRJAN,) e secundárias (IJSN, Tribunal de Contas), com periodicidade mais recente, de modo a retratar a realidade regional de forma mais fidedigna e aproximada. Alguns dos indicadores foram desagregados ao nível do município, como por exemplo, o PIB per capita, o IFDM e a Receita Líquida per capita.

Embora existam outros indicadores importantes a serem considerados, esse Panorama das Microrregiões aqui apresentado é um ponto de partida para o levantamento de um grupo de indicadores e dados a serem selecionados e aprimorados posteriormente. Destaca-se que estas informações motivam a continuidade do levantamento e estudo microrregional, em concordância com o objetivo e percepção do contexto que será estudado.



LITORAL SUL



ÁREA

2.786,62 km²

6,05% Território Estadual



POPULAÇÃO ESTIMADA (2018)

173.656 Habitantes

4,37% População Estadual



DENSIDADE DEMOGRÁFICA (2018)

62,32 Hab./km²

86,19 Hab./km² Taxa Estadual

A microrregião Litoral Sul é composta por oito municípios, a saber: Alfredo Chaves, Anchieta, Rio Novo do Sul, Iconha, Piúma, Itapemirim, Marataízes e Presidente Kennedy.

A região ocupa 6,05% do território estadual e apresenta uma população estimada em 173.656 habitantes (IBGE, 2018), o que representa 4,37% da população total do estado. Os municípios de maior população são Marataízes, Itapemirim e Anchieta, nesta ordem. A região possui cinco municípios litorâneos que fazem limite com o Oceano Atlântico – Anchieta, Piúma, Itapemirim, Marataízes e Presidente Kennedy –, o que favorece as atividades portuárias, de exportação e exploração do petróleo.

A densidade demográfica da região é de 62,32 hab./km². Os municípios de maior extensão territorial são, nesta ordem, Alfredo Chaves, Presidente Kennedy e Itapemirim, assim como também são os municípios que apresentam menor densidade demográfica.



- 1 Alfredo Chaves
- 2 Anchieta
- 3 Rio Novo do Sul
- 4 Iconha
- 5 Piúma
- 6 Itapemirim
- 7 Marataízes
- 8 Presidente Kennedy

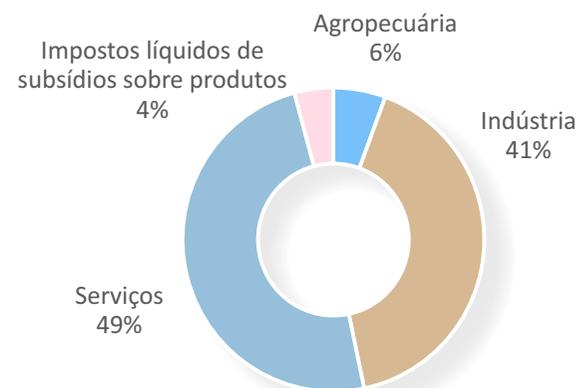
 PIB da microrregião Litoral Sul corresponde a 8,34% do PIB estadual. Quanto ao PIB por setor, destacam-se as atividades de serviços, com 49%, seguido pela indústria, com 41%, a agropecuária, com apenas 6%, e, por fim, impostos líquidos de subsídios sobre produtos, com 4%.

O PIB per capita da microrregião Litoral Sul é de R\$ 39.679,09, considerado alto se comparado ao do estado do Espírito Santo (R\$ 27.487,45). O município de Presidente Kennedy destaca-se por apresentar, de forma significativa, o maior PIB per capita da microrregião, com R\$ 169.012,45, seguido pelos municípios de Itapemirim (R\$ 57.370,27) e Marataízes (R\$ 29.171,51), nesta ordem. O menor PIB per capita da região refere-se ao município de Rio Novo do Sul, com R\$ 15.855,76.



PIB
6.920,27
 Milhões de Reais
8,34%
 do PIB Estadual

COMPOSIÇÃO PIB SETORIAL



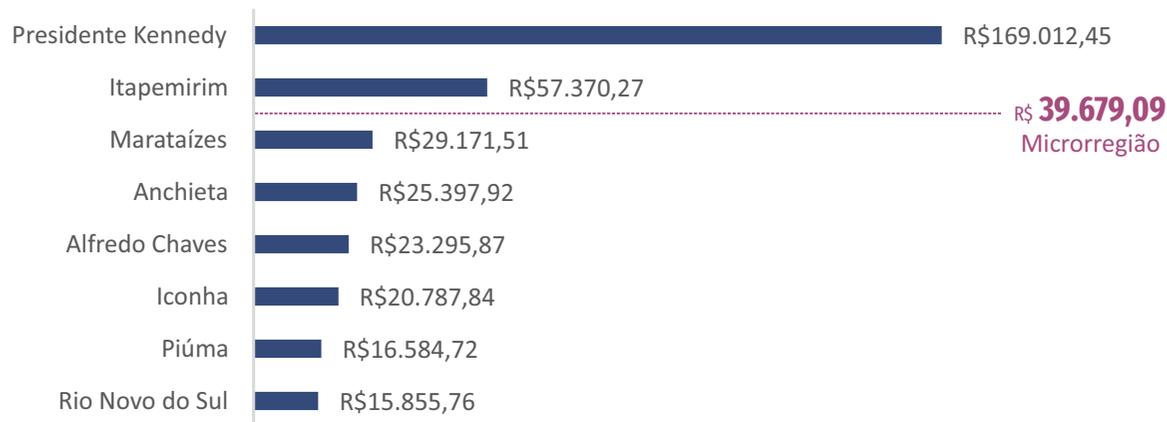
Fonte: IJSN e IBGE [2016]



PIB PER CAPITA
 Litoral Sul
R\$ 39.679,09



Espírito Santo
R\$ 27.487,45



Fonte: IJSN e IBGE [2016]

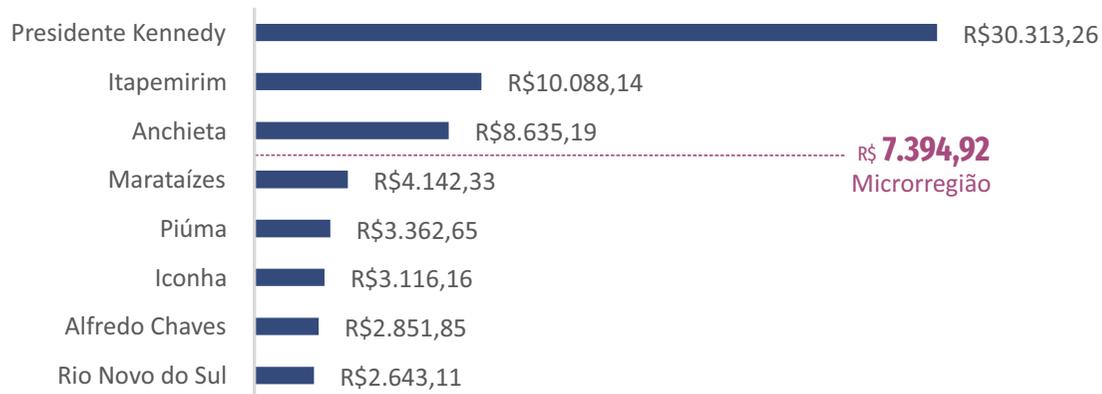


Receita Corrente Líquida Per Capita – Litoral Sul

R\$ **7.394,92**



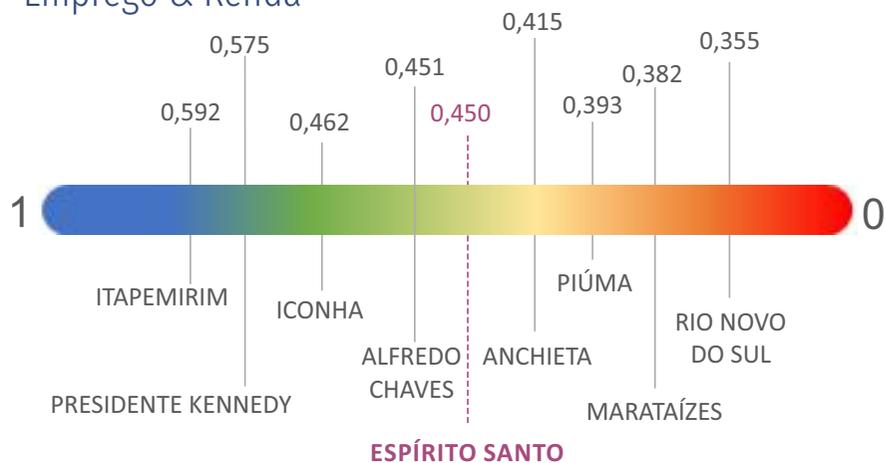
Espírito Santo
R\$ **2.524,19**



Fonte: IJSN/TCE e IBGE [2017]



IFDM - Firjan Emprego & Renda



Fonte: IPEA [2010]

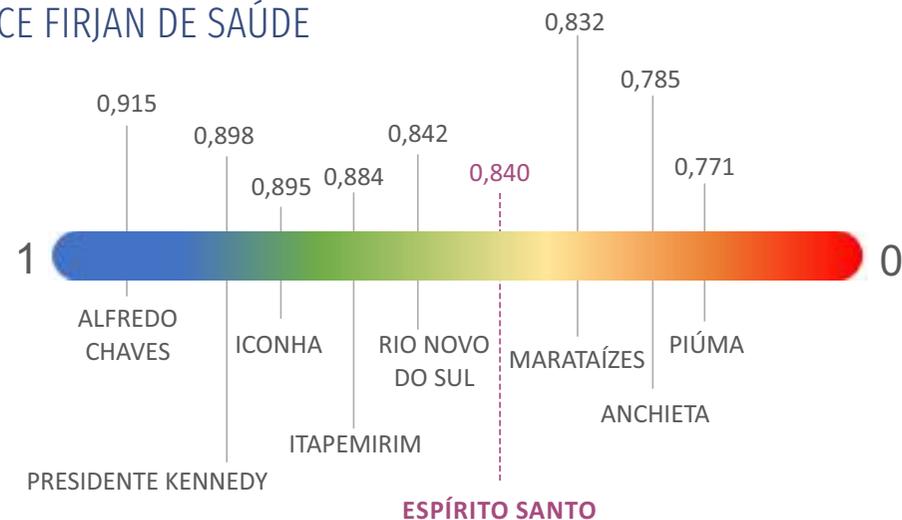
A receita líquida da microrregião do Litoral Sul é de R\$ 7.394,92, sendo que a receita líquida do Espírito Santo é de R\$ 2.524,19. Se considerado o contexto dos municípios que compõe a microrregião, temos a maior receita líquida per capita concernente ao município de Presidente Kennedy, com R\$ 30.313,26, seguido por Itapemirim (R\$ 10.088,14) e Anchieta (R\$ 8.635,19).

O Índice Firjan¹ de Emprego e Renda na microrregião Litoral Sul é classificado de regular desenvolvimento (de 0,4 a 0,6) para maior parte dos municípios. O maior índice refere-se ao município de Itapemirim, com 0,592, seguido pelos municípios de Presidente Kennedy e Iconha, com 0,575 e 0,462, respectivamente. Vale observar que Rio Novo do Sul é o município que apresenta os piores resultados da região para os seguintes indicadores: PIB per capita (R\$ 15.855,76), Índice Firjan de Emprego e Renda (0,355) e receita líquida per capita (R\$ 2.643,11).

A maioria dos municípios da microrregião Litoral Sul apresenta Índice Firjan de Saúde considerado de alto desenvolvimento (escala de 0,8 a 1), com exceção dos municípios de Anchieta e Piúma, com índices moderados de Saúde (de 0,6 a 0,8). Os maiores índices referem-se aos municípios de Alfredo Chaves (0,915), Presidente Kennedy (0,898) e Iconha (0,895). O município de Piúma apresenta o menor índice, com 0,771.

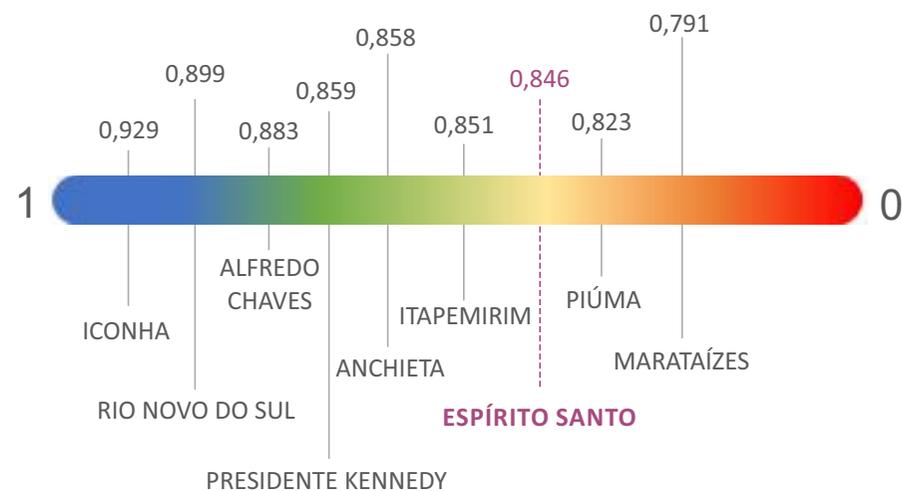
Quanto ao Índice Firjan de Educação, o município de Iconha apresenta o maior índice com 0,929, seguido pelos municípios de Rio Novo do Sul e Alfredo Chaves, respectivamente com 0,899 e 0,883. O menor índice Firjan de Educação é do município de Marataízes, com 0,791.

ÍNDICE FIRJAN DE SAÚDE



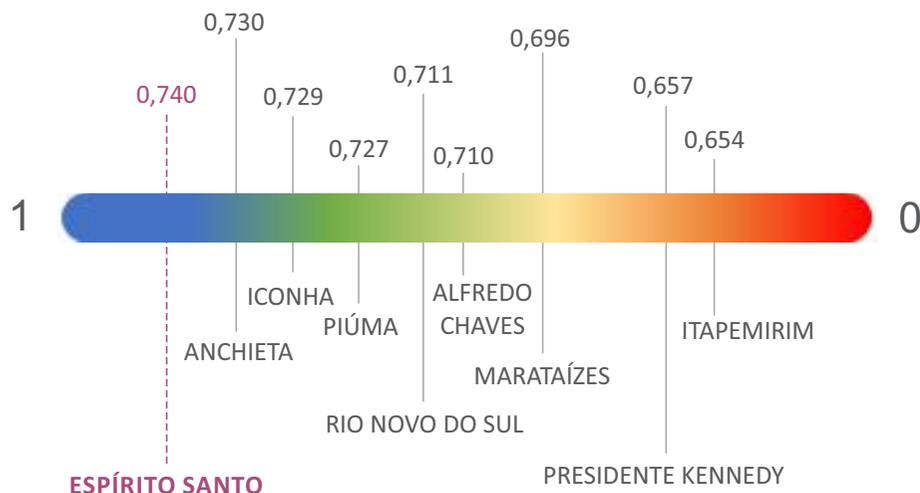
Fonte: FIRJAN [2016]

ÍNDICE FIRJAN DE EDUCAÇÃO



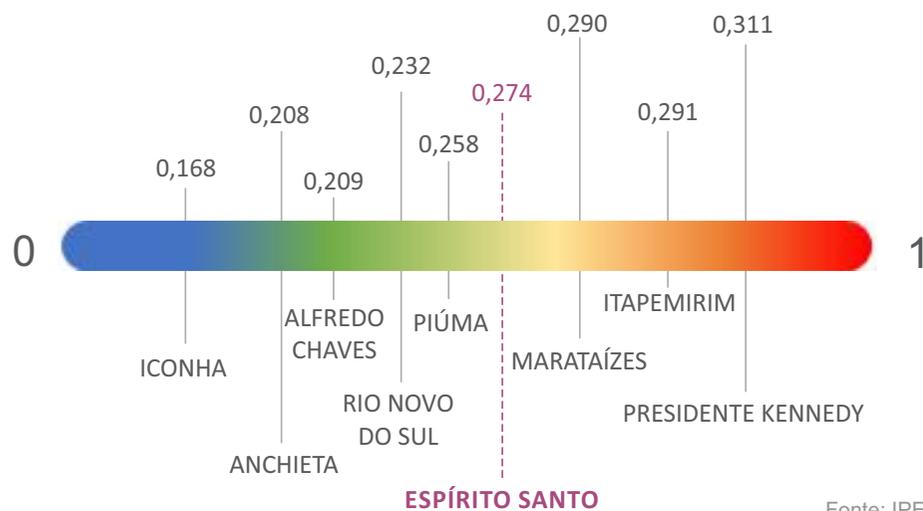
Fonte: FIRJAN [2016]

IDHM



Fonte: ATLAS BRASIL [2010]

IVS – ÍNDICE DE VULNERABILIDADE SOCIAL



Fonte: IPEA [2010]



Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)², que mensura o desenvolvimento humano com base em três dimensões – longevidade, escolaridade e renda –, é de 0,740 no Espírito Santo, considerado de alto desenvolvimento humano. Entretanto, o IDHM da maioria municípios que compõem a Litoral Sul varia entre 0,654 e 0,730, o que revela um IDHM de médio a alto desenvolvimento para a microrregião. O município de Anchieta apresenta o maior IDHM, com 0,730, seguido por Iconha e Piúma, com 0,729 e 0,727, respectivamente. Portanto, estes três municípios apresentam um IDHM de alto desenvolvimento. O menor IDHM é do município de Itapemirim, com 0,654.

O Índice de Vulnerabilidade Social (IVS)³ é mensurado com base em três dimensões: Infraestrutura Urbana, Capital Humano, Renda e Trabalho. O indicador auxilia no enfrentamento das desigualdades e oportunidades. O Espírito Santo apresenta um IVS baixo, de 0,274, o que significa dizer que o estado apresenta baixa vulnerabilidade (de 0,200 a 0,300). Os oito municípios da região apresentam IVS variando entre 0,168 a 0,311, o que caracteriza um IVS baixo para toda a microrregião, ou seja, municípios com baixa vulnerabilidade (de 0,200 a 0,300). O IVS mais baixo corresponde ao município de Iconha, com 0,168, seguido pelos municípios de Anchieta (0,208) e Alfredo Chaves (0,209). O IVS mais alto é do município de Presidente Kennedy com 0,311, indicando que o município é o mais vulnerável da microrregião Litoral Sul.

Quanto ao atendimento dos serviços básicos de saneamento na microrregião, foram considerados três serviços básicos: abastecimento de água por rede pública, coleta de lixo e coleta de esgoto. O atendimento dos serviços na microrregião Litoral Sul ainda não está universalizado para abastecimento de água, coleta de lixo e coleta de esgoto. O serviço de abastecimento de água atinge 73% da população, e a coleta de lixo atende 87% da população regional. Entretanto, a coleta de esgoto apresenta um baixo percentual de atendimento, com apenas 32% da população atendida. Se comparados com o estado, verifica-se que os indicadores de saneamento da Litoral Sul estão abaixo dos percentuais do Espírito Santo relativos ao abastecimento de água (77%) e, em especial, a coleta de esgoto (61%). Entretanto, a coleta de lixo na microrregião (87%) apresenta um percentual de atendimento superior ao do Espírito Santo (81%).

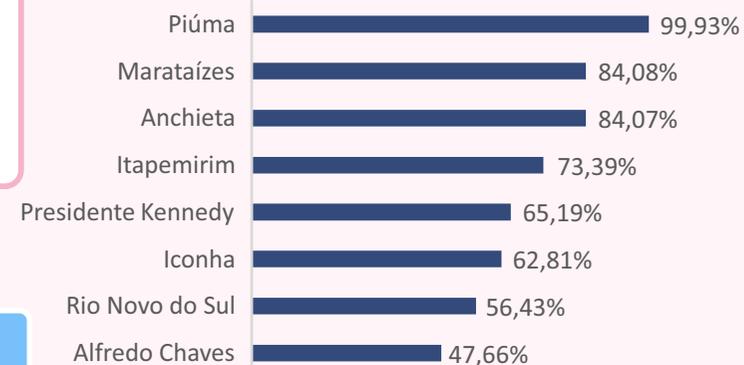
Observa-se que o município de Piúma apresenta o maior percentual de cobertura da microrregião em todos os serviços: abastecimento de água (99,93%), coleta de lixo (99,65%) e coleta de esgoto (86,13%). Quanto aos menores percentuais de atendimento nos três serviços de saneamento, temos Alfredo Chaves, com 47,66% no abastecimento de água; Presidente Kennedy, com 79,53% na coleta de lixo; e Itapemirim, com apenas 11,27% na coleta de esgoto.



ABASTECIMENTO DE ÁGUA REDE PÚBLICA

73%
Microrregião

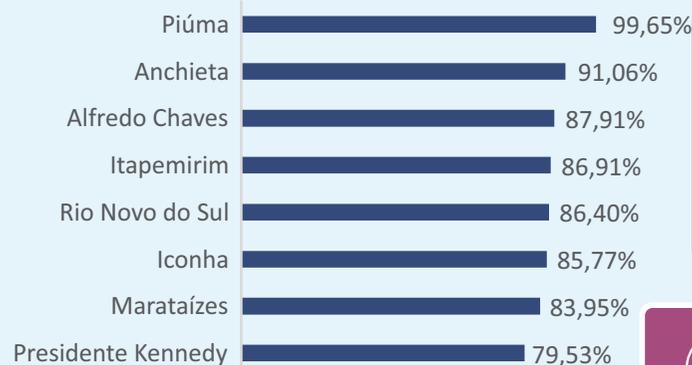
77%
Espírito Santo



COLETA DE LIXO

87%
Microrregião

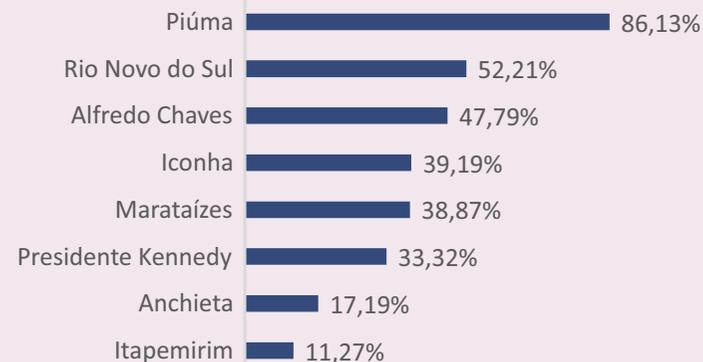
81%
Espírito Santo



COLETA DE ESGOTO

32%
Microrregião

61%
Espírito Santo



NOTAS

¹Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal – é um estudo do Sistema FIRJAN que acompanha anualmente o desenvolvimento socioeconômico

de todos os mais de 5 mil municípios brasileiros em três áreas de atuação: Emprego & Renda, Educação e Saúde. De leitura simples, o índice varia de 0 (mínimo) a 1 ponto (máximo) para classificar o nível de cada localidade em quatro categorias: baixo (de 0 a 0,4), regular (0,4 a 0,6), moderado (de 0,6 a 0,8) e alto (0,8 a 1) desenvolvimento. Ou seja, quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento da localidade. Disponível em: <https://www.firjan.com.br/ifdm/>.

²O IDHM brasileiro segue as mesmas três dimensões do IDH Global - longevidade, educação e renda, mas vai além: adequa a metodologia global ao contexto brasileiro e à disponibilidade de indicadores nacionais. Fonte: <http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/conceito/s/o-que-e-o-idhm.html>. No IDHM, as três dimensões têm o mesmo peso, as médias são geométricas, e as faixas de desenvolvimento humano são fixas, sendo: Baixo Desenvolvimento Humano menor que 0,550, Médio entre 0,550 e 0,699, Alto entre 0,700 e 0,799 e Muito Alto Desenvolvimento Humano acima de 0,800. Fonte: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/o_atlas/idhm/.

³O Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) é mensurado com base em três dimensões: Infraestrutura Urbana, Capital Humano, Renda e Trabalho. A dimensão **Infraestrutura Urbana** é composta por três indicadores: % de pessoas em domicílios com abastecimento de água e esgotamento sanitário inadequados; % da população que vive em domicílios urbanos sem o serviço de coleta de lixo; % de pessoas que vivem em domicílios com renda per capita inferior a meio salário mínimo (de 2010) e que gastam mais de uma hora até o trabalho. Por sua vez, a dimensão **Capital Humano** é composto por oito indicadores, a saber: Mortalidade até 1 ano de idade; % de crianças de 0 a 5 anos que não frequentam a escola; % de pessoas de 6 a 14 anos que não frequentam a escola; % de mulheres de 10 a 17 anos que tiveram filhos; % de mães chefes de família, sem fundamental completo e com filho menor de 15 anos de idade; Taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais de idade; % de crianças que vivem em domicílios em que nenhum dos moradores tem o ensino fundamental completo; % de pessoas de 15 a 24 anos que não estudam, não trabalham e possuem renda domiciliar per capita igual ou inferior a meio salário mínimo (de 2010). E por fim, a dimensão **Renda e Trabalho** é composta por cinco indicadores: Proporção de pessoas com renda domiciliar per capita igual ou inferior a meio salário mínimo (de 2010); Taxa de desocupação da população de 18 anos ou mais de idade; % de

pessoas de 18 anos ou mais sem fundamental completo e em ocupação informal; % de pessoas em domicílios com renda per capita inferior a meio salário mínimo (de 2010) e dependentes de idosos; Taxa de atividade das pessoas de 10 a 14 anos de idade. Fonte: IPEA. *Relatório de pesquisa a nova plataforma da vulnerabilidade social: primeiros resultados do índice de vulnerabilidade social para a série histórica da Pnad (2011-2015) e desagregações por sexo, cor e situação de domicílio*. Pg.3.

Cada indicador do Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) teve seu valor normatizado numa escala que varia entre 0 e 1. A classificação das faixas de vulnerabilidade são: muito baixa, de 0 a 0,200; baixa de 0,200 a 0,300; média de 0,300 a 0,400; alta de 0,400 a 0,500 e muito alta de 0,500 a 0,1. Fonte: Atlas. Disponível em <http://ivs.ipea.gov.br/index.php/pt/sobre>.

REF

ERÊNCIAS

ARRAIS, Tadeu Alencar. A cidade e a região/a cidade-região: reconhecer processos, construir políticas. Cadernos Metrópole, São Paulo, n.20, p.81- 91, 2ª sem. 2008.

ESPÍRITO SANTO (estado). Plano do Governo do Estado do Espírito Santo ES 2030. Vitória. 2011.

HAESBAERT, Rogério. Desterritorialização, multiterritorialidade e regionalização. In: Para pensar uma política nacional de ordenamento territorial. Anais da oficina sobre a política de ordenamento territorial. Brasília, Ministério da Integração Nacional, 2005.

_____. Fim dos territórios ou novas territorialidades? In: LOPES, L.; BASTOS, L. (orgs.). Identidades: recortes multi e interdisciplinares. Campinas: Mercado de Letras, 2002.

_____. Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão. In: Castro, I. et al. (orgs.). Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES. Nota técnica: memória dos dados e metodologia para o panorama das microrregiões do Espírito Santo. Vitória. 2019.

SANTOS, Milton. Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. O Brasil: território e sociedade no início do séc. XXI. 7.ed. Rio de Janeiro. Record, 2005

SOUZA, Marcelo Lopes. Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanas. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

**Instituto Jones
dos Santos Neves**



**GOVERNO DO ESTADO
DO ESPÍRITO SANTO**
*Secretaria de Estado de
Economia e Planejamento*
Secretaria de Estado de Desenvolvimento

